

Fraudes por trás de estruturas societárias: a vulnerabilidade que ameaça fintechs e marketplaces

A digitalização dos serviços financeiros abriu uma nova era de inclusão e conveniência. Hoje, é possível abrir uma conta PJ em minutos, receber pagamentos via Pix em segundos e integrar maquininhas ou carteiras digitais a qualquer operação

Marcos Mossa (*)

Ma a mesma infraestrutura que impulsionou a inovação também criou um ambiente fértil para fraudes sofisticadas e difíceis de detectar. As fraudes societárias são exemplos claros de como o sistema pode ser explorado a partir das brechas deixadas pela pressa em escalar.

Esses esquemas se apoiam em padrões que exploram os pontos cegos do mercado. Um dos mais críticos é o uso das contas-bolsão, abertas em nome de uma fintech dentro de uma instituição tradicional. Nesse modelo, todas as transações aparecem sob o CNPJ da fintech, e não do cliente final. A consequência é uma camada de abstração que mascara movimentações ilícitas e torna o rastreamento quase impossível.

O mesmo risco se aplica a subadquirentes e intermediários, cuja promessa de velocidade e baixo atrito os torna alvo ideal de fraudadores. A engrenagem se completa com o uso de maquininhas e marketplaces: o criminoso usa uma empresa de fachada para vender produtos (muitas vezes inexistentes) e processa pagamentos com cartões roubados. Quando o dinheiro entra no sistema, ele é “limpo” e legitimado pela operação.

O problema se agrava porque um CNPJ “limpo” é apenas a superfície; a fraude não está no documento, mas na estrutura por trás dele. A análise real de risco exige investigar beneficiários finais, sócios e conexões societárias. Sócios sem histórico compatível, vínculos com CPFs envolvidos em práticas suspeitas ou empresas que mudam



Tina Miroshchikova, Pexels, CANVA

subitamente seu quadro societário são sinais claros de alerta. O risco é dinâmico: uma empresa legítima hoje pode se transformar em um instrumento de fraude amanhã, o que exige monitoramento contínuo.

A facilidade para abrir contas PJ, emitir maquininhas e movimentar recursos via Pix é um reflexo direto da natureza inovadora do sistema de pagamentos brasileiro. É um modelo que favorece o crescimento e a competitividade, mas que também reduz as barreiras de entrada para criminosos. As medidas recentes do Banco Central para reforçar a segurança do Pix mostram que há consciência sobre o desafio estrutural, mas a mitigação efetiva à fraude requer mais do que regulação: é preciso inteligência.

As ferramentas tradicionais de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento de Terrorismo foram pensadas para um mundo de verificações pontuais e processos lentos. Elas não acompanham a velocidade das fraudes e nem conseguem cruzar informações em tempo real. A verdadeira solução está em transformar a verificação de identidade em um processo contínuo, que combine automação, análise

de risco e autenticação biométrica.

Em um fluxo de verificação PJ adequado ao cenário atual, a análise não se limita ao CNPJ. Ela percorre todas as camadas da empresa, desde o mapeamento do quadro societário até o cruzamento de dados em listas restritivas, processos judiciais e mídias negativas. A checagem também se estende aos sócios, com verificação de identidade e antecedentes, garantindo que o indivíduo por trás da empresa é, de fato, quem diz ser.

Essa capacidade de cruzar informações de múltiplas fontes — verificando tanto a estrutura societária em bureaus de dados quanto a identidade real dos sócios com biometria — é o que se torna decisivo para barrar fraudes complexas, que vão de empresas de fachada a ataques de deepfakes. A verificação holística não apenas impede que criminosos usem identidades falsas, mas também fortalece o compliance de instituições financeiras e marketplaces que dependem da confiabilidade de suas redes de parceiros e vendedores.

O desafio da “legitimidade aparente” de um CNPJ é respondido com o conceito de fricção inteligente. Ao

invés de submeter todos os perfis ao mesmo processo, a verificação se adapta ao risco: um microempreendedor individual pode ter um cadastro rápido e simples, enquanto uma empresa que solicita crédito passa por uma análise profunda de toda a sua estrutura. Esse equilíbrio entre agilidade e rigor é o que permite que a inovação avance com segurança, transformando o que era uma brecha de fraude em uma vantagem competitiva.

Meios de pagamento, adquirentes e provedores de BaaS podem se proteger construindo camadas automatizadas de defesa, baseadas em três pilares: onboarding inteligente, autenticação contínua e monitoramento proativo. É possível verificar a identidade de PJs e PFs em minutos, reutilizar a biometria para confirmar transações críticas e criar fluxos de verificação que se ajustam automaticamente ao nível de risco. O resultado é um ecossistema mais seguro, em que a inovação continua avançando, mas com a segurança como fundamento, e não como remendo.

A fraude corporativa deixou de ser um problema pontual para se tornar um desafio sistêmico. Fintechs e marketplaces que não tratarem a verificação de PJs como um processo estratégico estarão sempre um passo atrás dos criminosos. A sofisticação das fraudes exige soluções igualmente sofisticadas — e a única forma de desbloquear o crescimento com confiança é olhar além da fachada do CNPJ e enxergar, de fato, quem está por trás dele.

(*) VP de Go-To-Market da idwall, empresa de tecnologia que disponibiliza plataforma de gestão de identidade digital e background check — E-mail: idwall@nbpres.com.br.

Afinal, faltam médicos no Brasil?

Priscila Planelis (*)

Nos últimos anos, observamos um aumento no número de cursos de medicina no país, grande parte desses deflagrados pela via judicial e então submetidos ao processo regulatório conduzido pelo MEC

O Brasil tem hoje mais cursos de Medicina do que jamais teve, ainda assim, a percepção generalizada entre usuários do SUS e de planos de saúde é a mesma: faltam médicos, faltam especialistas, falta disponibilidade em prazo razoável.

Enquanto entidades profissionais argumentam que o país já possui escolas médicas em excesso, outros setores sustentam o oposto: ainda não formamos médicos suficientes. No meio desse debate polarizado, um ponto é incontestável: o Brasil enfrenta um déficit expressivo de médicos especialistas, especialmente fora dos grandes centros urbanos.

Os dados mais recentes da Demografia Médica 2025, conduzida pela Faculdade de Medicina da USP em parceria com o Ministério da Saúde e a Associação Médica Brasileira, mostram que, embora o Brasil tenha ampliado o número de profissionais especializados, essa expansão não tem ocorrido de forma equilibrada no território nacional. Enquanto o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul apresentam percentuais mais elevados de especialistas entre seus médicos, 72,2% e 67,9%, respectivamente, estados como Rondônia e Piauí registram índices inferiores a 50%, revelando uma clara desigualdade na distribuição desses profissionais.

Essa concentração também se reflete quando se observa a distribuição regional. A região Sudeste concentra mais da metade de todos os especialistas do país (55,4%), seguida pelo Sul (16,7%) e Nordeste (14,5%). Em contrapartida, Norte e Centro-Oeste somam pouco mais de 13% desse contingente. As especialidades mais demandadas pela população, como Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Anestesiologia e Ortopedia e Traumatologia, permanecem concentradas nos grandes centros urbanos, deixando lacunas importantes nos territórios que mais carecem de profissionais. Nas capitais, há concorrência por profissionais; no interior, há escassez crônica.

O Painel da Formação Médica, lançado pela Associação dos Mantenedores Educadores do Ensino Superior (AMIÉS), confirma esse diagnóstico. O estudo reforça que as áreas com maior número de especialis-

tas coincidem com aquelas apontadas pela Demografia Médica e que a desigualdade regional permanece como um elemento crítico. A convergência entre os levantamentos destaca que a formação de médicos no Brasil segue respondendo prioritariamente às dinâmicas regionais mais desenvolvidas, enquanto regiões com menor infraestrutura de saúde continuam desassistidas.

Nesse cenário, é ilusório acreditar que abrir ou fechar cursos de Medicina, isoladamente, resolverá o problema. O Brasil precisa de políticas públicas coordenadas, estáveis e de longo prazo, que incluam planejamento regional da força de trabalho em saúde, fortalecimento e ampliação da residência médica, incentivos reais à fixação de profissionais no interior.

Além disso, é imprescindível que haja estabilidade regulatória que permita às instituições privadas contribuírem de forma responsável e contínua com a ampliação da formação médica de qualidade no país. Com presença capilarizada e capacidade de expansão em regiões menos atendidas, as instituições privadas de ensino superior são parte indispensável dessa equação. Ignorar ou desconsiderar sua força formativa significa perder a oportunidade de reduzir desigualdades históricas na oferta de especialistas.

O debate sobre a escassez ou excesso de escolas médicas é longo e possui várias vertentes. Contudo, não há como negar que faltam médicos especialistas nos lugares certos. Para enfrentar esse quadro, o Brasil precisa de um compromisso amplo, envolvendo Estado, setor privado e sociedade, para garantir que a formação de especialistas responda às particularidades de cada território e possa garantir acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. O direito fundamental à saúde, previsto na Constituição Federal, não se concretiza sem profissionais qualificados distribuídos de forma equilibrada pelo país.

Somente com a atuação articulada entre os diversos agentes envolvidos na política pública de saúde e educação será possível assegurar que a população, independentemente de onde vive, tenha acesso a cuidados médicos qualificados. Sem esse esforço conjunto, a desigualdade na demografia médica continuará se traduzindo em desigualdade no atendimento em saúde, um cenário que o país não pode mais adiar enfrentar.

(*) Advogada especialista em Direito Educacional e Secretária-Executiva da Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIÉS), entidade representativa dedicada à defesa de políticas públicas que garantam qualidade na educação superior.

Novo sistema tributário expõe fragilidade de sucessões familiares

A Reforma Tributária trouxe novas regras, cronogramas e obrigações que vão remodelar profundamente a estrutura das empresas brasileiras. Mas, para além das mudanças na carga fiscal e na rotina operacional, um risco silencioso ganhou relevância: a fragilidade das sucessões familiares que estruturam boa parte das empresas do varejo e dos negócios familiares no país.

Para Daniela Correa, advogada especializada em Direito Empresarial e planejamento patrimonial, a combinação entre novos tributos, reorganização de fluxos e regras de governança pouco maduras cria um ponto de atenção imediato para grupos familiares — especialmente os que crescem sem revisar seus modelos societários e sucessórios.

“A reforma expõe vulnerabilidades que já existiam, mas estavam adormecidas. Muitas empresas familiares operam com estruturas que não conversam com a realidade tributária e nem com a dinâmica de gestão atual. A transição reforça riscos sucessórios, societários e de continuidade do negócio”, afirma a especialista.

Tributação, herança e governança: quando uma ponta puxa a outra - Segundo

Daniela, a maior fragilidade está na falta de alinhamento entre os três pilares que sustentam empresas familiares:

- a carga tributária que muda com a reforma;
- a sucessão patrimonial que muitas vezes não está planejada;
- e a governança societária que não acompanha o crescimento do negócio.

Quando um desses elementos falha, os outros desestabilizam. “O aumento de complexidade tributária, combinado com estruturas societárias antigas, pode gerar conflitos internos, perda de benefícios, desequilíbrios de gestão e até paralisa administrativa em momentos de sucessão”, explica.

No varejo, o risco é maior - Empresas varejistas sentem o impacto de forma mais imediata por três razões:

1. dependem de fluxo de caixa constante;
2. têm ciclos de decisão rápidos;
3. e, na maioria, são controladas por famílias que dividem gestão e propriedade.

Com a transição para o novo sistema, qualquer ruído sucessório — litígio,

divergência de herdeiros, ausência de pacto societário — pode comprometer desde políticas de preço até contratos de longo prazo.

“O varejo já opera no limite da margem. Quando há mudanças tributárias significativas, a ausência de um plano sucessório trava decisões essenciais, aumenta o risco fiscal e fragiliza a governança. É um efeito dominó”, afirma Daniela.

O que precisa ser feito agora - Para a especialista, o momento exige ação imediata das empresas familiares antes da consolidação do novo sistema:

- revisar contratos sociais, acordos de sócios e políticas internas;
- mapear impactos tributários sobre herança e reorganização patrimonial;
- alinhar sucessão com governança para evitar lacunas decisórias;
- adaptar estruturas societárias para garantir continuidade sem rupturas.

“A reforma não afeta apenas tributos. Ela afeta decisões, governança, patrimônio e continuidade. Empresas que se anteciparem terão mais previsibilidade e menos riscos jurídicos, fiscais e familiares”, conclui.